

## ARTIGO

### SER HISTORIADOR NO SÉCULO XX: ALFREDO ELLIS JÚNIOR ENTRE O “AUTODIDATISMO” E A “PROFISSIONALIZAÇÃO” DO TRABALHO INTELLECTUAL DE HISTÓRIA (1938-1956)<sup>1</sup>

### BEING A HISTORIAN IN THE XX CENTURY: ALFREDO ELLIS JÚNIOR BETWEEN “AUTODIDACTISM” AND THE “PROFESSIONALIZATION” OF THE WORK OF INTELLECTUAL HISTORY

DIOGO DA SILVA ROIZ\*

#### RESUMO

O objetivo principal deste artigo é estudar a trajetória intelectual de Alfredo Ellis Jr entre 1938 e 1956, inquirindo como apreendeu a discussão sobre a transição do ‘autodidatismo’ para a profissionalização do trabalho intelectual de história. Durante esse período, esteve lecionando no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Pretende-se analisar, ainda, como e por que procurou escrever uma História do Brasil quando catedrático. As fontes principais desta pesquisa foram os programas da disciplina de História do Brasil, as correspondências pessoais e as obras escritas e publicadas nesse período.

**PALAVRAS-CHAVE:** Autodidatismo. Ofício de historiador. Escrita da história. Alfredo Ellis Jr.

#### ABSTRACT

The aim of this article is to study the intellectual history of Alfredo Ellis Jr between 1938 and 1956, inquiring how he has seized discussions about the transition of ‘autodidactism’ to the professionalization of the work of intellectual history. During this period, he was teaching in the course of Geography and History of the Faculty of Philosophy, Sciences and Letters, University of São Paulo. We intend, with this article, to analyze how and why he tried to write a History of Brazil when he was the teacher of this discipline. Programs of the discipline of History of Brazil were the main sources of this research were, as well personal correspondence and works written and published during this period.

**KEYWORDS:** Autodidactism. Historian’s work. Historical writing. Alfredo Ellis Jr.

## Introdução

[...] longe de admitir [...] como verdades estabelecidas as que foram escritas, no passado, a respeito dos problemas históricos de nossa gente, e longe de postar-se, como um soldado atrás de uma trincheira, atrás das suas verdades, como se elas não fossem passíveis de debate, de dúvida e de discussão, [Alfredo Ellis Júnior] vem procedendo, êle próprio, a uma revisão singular nos métodos de reconstituição histórica, mostrando, só por isso, não houvesse no seu trabalho de tantos anos outras qualidades, que a sua organização, o seu método, a sua maneira de fazer história é digna do melhor apreço – é mesmo a única maneira que se pode aceitar em um professor universitário, para o qual a verdade não é um pilar de alvenaria, nem as conclusões já hauridas podem ser aceitas como infalíveis.<sup>2</sup>

Assim, Nelson Werneck Sodré (1911-1999),<sup>3</sup> em artigo de 1º de janeiro de 1949, publicado no jornal *Correio Paulistano*, definia o trabalho efetuado por Alfredo Ellis Jr. Ele escrevera o texto quando Ellis Jr. já era catedrático em *História da Civilização Brasileira*, no curso de Geografia e História da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) havia mais de dez anos, quando já havia revisado a maioria dos livros que havia publicado entre 1920 e 1930.

Em sua tese de cátedra em 1939 – que versava sobre *Meio século de bandeirismo* – e esta se encontrava em sua segunda edição (a primeira, para um público mais amplo), publicada pela Cia. Editora Nacional, na Coleção Brasileira, em 1948, trabalhara o conceito de revisão dos métodos de reconstituição histórica. Além disso, já havia disponibilizado nove boletins da cadeira de *História da Civilização Brasileira*, com obras de sua autoria (agrupando, em alguns casos, trabalhos de orientandos de doutorado, como se encontra no boletim n. 5, de 1945, o ensaio de José Quirino Ribeiro a

respeito d'*A memória de Martim Francisco sobre a reforma dos estudos na Capitania de São Paulo*, resultado da tese que apresentou em 1943), e alguns desses boletins (que tinham tiragens de 100 a 300 exemplares cada número)<sup>4</sup> começavam a circular em edições voltadas para um público mais amplo, seja em coleções ou não, por editoras como a Cia. Editora Nacional, a José Olympio e a Tipografia Brasil. Ademais, era sócio da Academia Paulista de Letras, do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e da Sociedade de Estudos Históricos, fundada em 1942, e correspondente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) desde 1926.<sup>5</sup> Em síntese, o texto de Werneck Sodré foi escrito em um momento em que Ellis Jr. se encontrava no auge de sua produção e consagração acadêmica.

Contudo, quando Brasil Bandecchi (1917-1997),<sup>6</sup> em sua Nota Preliminar à edição de 1967, para a obra *A lenda da lealdade de Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina*, cuja primeira edição havia sido publicada no boletim n. 4 da cadeira de *História da Civilização Brasileira*, em 1944 (sob o título *Amador Bueno e a evolução da psicologia planaltina*), e tomava de empréstimo a análise que Werneck Sodré expôs em 1949, este mais o faria para responder às críticas que a obra de Ellis Jr. estava recebendo naquele período. Ele também procurava justificar uma nova edição de sua obra, que havia circulado em várias edições entre os anos 1920 e 1950, mas não encontrava o mesmo ambiente propício a novas edições a partir dos anos 1960, por conta do Regime Militar (1964-1985), e do alinhamento da obra deste autor a um viés conservador, para um mercado editorial cujas preferências estavam mais próximas a títulos revolucionários e de esquerda.<sup>7</sup> Além disso, por motivos de saúde, havia deixado a cadeira em 1952, aposentando-se em 1956 – entre o final de 1952 e 1955 foi Myriam

Ellis a responsável pela cadeira –, vindo a ser substituído interinamente por Sérgio Buarque de Holanda no final daquele ano, o qual, em 1958, passaria a ocupar a cadeira como titular (na época catedrático) com a tese *Visão do Paraíso*. Há que se registrar que Holanda já vinha fazendo uma revisão crítica dos temas pesquisados por Ellis Jr. desde os anos de 1930, em *Raízes do Brasil* (de 1936), *Monções* (de 1945) e *Caminhos e fronteiras* (de 1957). Ao contrário de Ellis Jr., que orientou apenas duas teses, entre 1939 e 1952, Holanda, durante o período em que ocupou a cadeira, entre 1956 e 1968,<sup>8</sup> veio a orientar sete alunos em seus doutoramentos e três em seus mestrados, num total de dez trabalhos, o que veio a contribuir para a formação de um grupo de pesquisadores na área,<sup>9</sup> em geral contrários, ou no mínimo reticentes e críticos relativamente às assertivas tanto de Afonso de Taunay quanto de Ellis Jr., mais especialmente às do segundo, ambos antigos professores da cadeira.

Por outro lado, o engajamento político (embora não exclusivamente partidário) e a forma de pesquisar a história e sobre ela escrever de Holanda vieram, nas palavras de Maria Helena Capelato, Raquel Glezer e Vera Ferlini (1994), em *Escola uspiana de história*, a renovar os estudos sobre a história do Brasil até então comuns em nossas universidades, especialmente na Universidade de São Paulo (USP), onde a cadeira vinha recebendo uma orientação de cunho tradicional e conservador, de viés metódico/positivista,<sup>10</sup> amplamente praticado no país desde o século XIX, no IHGB e em seus congêneres estaduais. Tal procedimento era remanescente da primeira metade do século passado em várias cadeiras de cursos de geografia e história das Faculdades de Filosofia criadas a partir dos anos iniciais da década de 1930, como mostram Marieta

Ferreira em *A história como ofício*, e Diogo Roiz em *Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino*.<sup>11</sup>

Apesar dos textos em homenagem a Ellis Jr. publicados pela Academia Paulista de Letras (APL) e o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) após sua morte, em 1974, esta passou quase despercebida mesmo em instituições como o IHGB (que nem chegou a anunciá-la), já que ele fora um de seus correspondentes.

Ao historiar a construção do bandeirante como símbolo da história de São Paulo, em meados dos anos 1980, Katia Abud (1985), em sua tese de doutorado *O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições*, indica-nos a escassez de estudos sobre Ellis Jr. Escassez, aliás, nas próprias reedições de suas obras, dentre as quais a mais recente era de 1980.<sup>12</sup> Para Abud, “Ellis Jr. deixou claro em sua obra que a raça planaltina, superior à que se formara no restante do Brasil, onde o elemento negro tivera maior influência [...], tinha alcançado um desenvolvimento” que permitiu à região atingir um patamar de vida autônoma, até superior ao de muitos países estrangeiros. Mas, ao fazer isso, ele teria virado “ao avesso o racismo europeu”,<sup>13</sup> tal como fora preconizado por autores como Joseph-Arthur, o conde de Gobineau (1816-1882), e Georges Vacher de Lapouge (1854-1936). Para John Monteiro, no artigo “Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr.”, em avaliação da obra de Ellis Jr. produzida no início dos anos 1990:

A concepção ellisiana da história paulista orientava-se por três pressupostos fundamentais: o isolamento do planalto durante todo o seu período formativo, caráter específico da mestiçagem luso-indígena (a correspondente ausência do negro africano) e o fenômeno *sui generis* do bandeirantismo paulista.<sup>14</sup>

Para Antonio Celso Ferreira, no seu livro *A epopeia bandeirante*, em análise no final dos anos 1990, desde que ocupara o lugar de seu mestre Taunay na Faculdade de Filosofia da USP, até quando (afastado por motivos de saúde em 1952) se aposentou em 1956, Ellis Jr.:

Procurou sistematizar e, em alguns casos rever, suas reformulações sobre a história paulista, por meio da publicação de numerosos trabalhos. Já então, não só se modificava o perfil do historiador, a caminho da profissionalização, como também mudavam os paradigmas históricos, sob os efeitos dos modelos de explicação econômica e, em parte, como decorrência da expansão ultramarina da moderna historiografia francesa.<sup>15</sup>

Não foi por acaso, portanto, que o estudo de Myriam Ellis,<sup>16</sup> escrito nos anos 1990, pretendeu oferecer um painel sobre a vida e a obra de seu pai, Ellis Jr., mais sobre a obra, e, em especial, a produzida no período de 1922 a 1937. Todavia, para ela, a obra só ganhava significado na medida em que se compreendiam a vida de seu autor, suas escolhas e suas atitudes. Sob esse aspecto, ela procurou problematizar de que maneira o contexto oferecia um significado para a vida e a obra, por sua vez, forneceria um sentido à obra. Sua meta era tirar a obra de seu pai do esquecimento, confinada após o final da ditadura militar nos anos 1980.

Note-se ainda que, no quarto volume da série *Os historiadores clássicos da história do Brasil*, organizada por Maurício Parada e Henrique Estrada Rodrigues,<sup>17</sup> Ellis Jr., além de não estar no rol de historiadores analisados, somente é mencionado em um dos 17 ensaios<sup>18</sup> do livro. Em importante trabalho realizado sob a organização de Fernando Nicolazzi,<sup>19</sup> em *História e historiadores no Brasil*, com a meta de divulgar historiadores e

textos pouco conhecidos do período de 1870 a 1940, igualmente Ellis Jr. segue como um ilustre desconhecido, não sendo sequer mencionado entre os 11 ensaios do livro. Que razão teria levado a este esquecimento? Por que Ellis Jr. praticamente deixou de ser mencionado nos estudos historiográficos a partir dos anos 1990? A importância deste tipo de estudo não está apenas em mostrar por que é necessário conhecer a obra deste autor, mas também em inquirir algumas das razões que levaram ao seu “quase total” esquecimento em nossa historiografia.

Entender, portanto, em que medida a historiografia oitocentista balizou a interpretação da história de Ellis Jr. é um dos aspectos a serem sondados na análise. Como a converteu em suas práticas de pesquisa e em sua docência é importante não somente para compreender por que foi crítico em relação às “inovações” trazidas pelas relações entre História e Ciências Sociais e aos avanços consignados pelo movimento dos *Annales* nas primeiras décadas do século passado, mas também no modo segundo o qual viria a interpretar as categorias passado, presente e futuro. Em resumo, Ellis Jr. parecia ter procurado mesclar os procedimentos da “escola metódica” francesa, tendo como base a obra de Fustel de Coulanges, aliando-a à “história econômica” e à “história dos costumes” então praticadas no Brasil, especialmente atento às obras de Roberto Simonsen e de Afonso de Taunay.

Assim, de certa forma contrariando os cânones instituídos pela história do pensamento social e político brasileiro, o estudo de Karina Anhezini (2011), *Um metódico à brasileira: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939)*, contribui para inquirirmos essa questão, por ter ela investigado como se deu a formulação de uma história da historiografia na

obra de Afonso de Taunay entre 1911 e 1939. Ao percorrer os lugares que propiciaram a Taunay rever e/ou reformular suas práticas, dando-lhes um caráter mais profundo e operacional, permitindo-lhe perpassar o “autodidatismo” que a formação de engenheiro civil lhe possibilitava para o constante aperfeiçoamento do ofício de historiador por meio de leituras, práticas, exercícios de escrita e o intenso contato com os letrados do período, em especial Capistrano de Abreu, não por acaso mestre de toda uma geração de historiadores, a autora mostra como se configuraram os momentos que definiram a "operação historiográfica" de Taunay, ao ser ela também o trilhar de uma *prática* (inclusive, de pesquisa).

Com isso, ao cruzar as correspondências recebidas e produzidas por este autor com o processo de produção de sua obra e com os locais em que foi passando ao longo de sua carreira, a autora conseguiu elaborar um modelo interpretativo pertinente e eficaz para perscrutar a trajetória de Afonso de Taunay, o modelo de interpretar a história por ele usado, e que certamente inspirou Ellis Jr. em suas investigações históricas.

Note-se ainda que os acontecimentos de 1929 (crise da bolsa de valores de Nova York e da economia cafeeira no Brasil), de 1930 (início do governo provisório de Getúlio Vargas e fim da Primeira República) e de 1932 (derrota dos combatentes paulistas, ao tentarem ‘restaurar’ a hegemonia do estado de São Paulo, na ‘Revolução Constitucionalista’) causaram uma verdadeira crise de consciência histórica, tal como a define Jörn Rüsen, no seu livro *Razão histórica*,<sup>20</sup> em parte significativa da intelectualidade paulista e brasileira. Em função dos caminhos então duvidosos para o Estado, alguns grupos e ‘intelectuais’<sup>21</sup> organizaram-se com o objetivo de pensar ‘novos’ projetos de ‘escritura da história’, para

rever o ‘passado’, o ‘presente’ e até o ‘futuro’ paulista e nacional, e contornar a situação em que se encontravam imersos por conta daquela ‘crise’ política e econômica.

Não sendo indiferente a tal situação, Ellis Jr., então deputado da Câmara dos Deputados no estado de São Paulo, também procurou elaborar um projeto de escrita da história para repensar o estado de São Paulo e o Brasil. Na falta de uma melhor definição, argumentaremos que este projeto esteve calcado ‘*num discurso mitológico*’ (com ênfase nas ‘origens’ de um passado ‘mítico’, centrado na ‘figura’ do bandeirante), defendido não apenas por Ellis Jr. (1896-1974), mas antes dele, por Afonso D’Escragnonle Taunay (1876-1958), como uma forma de se sair da crise, tendo em vista o passado “grandioso” e “exemplar” do povo do estado de São Paulo – essa foi uma das razões que levaram ao esquecimento a obra de Ellis Jr., a partir dos anos 1980, mas não a de Taunay (como vimos acima). Embora existam continuidades evidentes entre os projetos de escrita da história elaborados por esses autores, não há como negar que também houve mudanças significativas entre eles.

Tendo em vista essas questões, o objetivo principal deste artigo é estudar a trajetória intelectual de Ellis Jr. entre 1938 e 1956, a partir do material já apresentado.

Para empreender esta análise, a obra de Michel de Certeau contribui para o desenvolvimento dos procedimentos metodológicos, por ele entender ser a história escrita a partir das relações que se formam entre um *lugar social* definido (um recrutamento, um meio, uma profissão, etc.), *procedimentos* de análise (uma disciplina) e a construção de um *texto* (uma literatura).<sup>22</sup> Assim, tal como Certeau indica, a localização do “lugar social”,

das “práticas de pesquisa” e da “escrita” é etapa fundamental para a definição da “operação historiográfica” do indivíduo, ou do grupo de que faz parte, vimos combinando esse procedimento para pensar as etapas que levaram Ellis Jr. a elaborar um projeto de escrita da história (com ênfase num retorno do passado ao presente, ao se voltar para os bandeirantes) para pensar o Brasil, e a história do estado de São Paulo, após os acontecimentos do início dos anos de 1930.

### **A vida de Alfredo Ellis Jr. e o encontro com a História**

Alfredo Ellis Jr. nasceu em 6 de junho de 1896, na ‘tradicional’ fazenda cafeeira Santa Eudóxia, localizada na ribanceira de Mogi Guaçu, município de São Carlos do Pinhal. Era o último dos dez filhos de Alfredo Ellis, médico, agricultor, então deputado federal, e de sua esposa e prima Sebastiana Eudóxia da Cunha Bueno.<sup>23</sup> Cresceu na fazenda, entre lavouras de café, onde, desde tenra idade, se afeiçoou à terra e ao meio rural. Os valores e conceitos paternos, alicerçados no liberalismo e no código moral, familiar e cívico auxiliaram a modelar sua formação e, mesmo que indiretamente, a se interessar pelo estudo do passado, pela escolha de seus temas e por uma escrita da história peculiar sobre o Brasil.

Não por acaso Ferreira afirmará, de Ellis Jr., que se considerava “um paulista por excelência, descendente dos primeiros e mais notáveis troncos da terra”.<sup>24</sup> De fato, sua família era ‘tradicional’, tanto pelo lado da mãe, quanto de sua avó paterna (senhora Maria do Carmo da Cunha), que ostentava sua filiação à linhagem de Amador Bueno da Ribeira, o Aclamado, dando-lhes um tom de estirpe paulista de ‘quatro séculos’. Seu

avô inglês, Guilherme Ellis, instalou-se no Brasil como médico humanitário. Seu pai seguiu a mesma inclinação, após se doutorar na Universidade de Pensilvânia.<sup>25</sup>

Recebeu seus primeiros ensinamentos do pai e, depois, da professora Hermínia Rodrigues Luchetti, da cidade de Campinas, que o alfabetizou. Segundo palavras do próprio Ellis Jr., em suas memórias,<sup>26</sup> foi ela que despertou nele os ‘rudimentos primordiais’ do saber humano e o ‘arraigado amor a São Paulo’, sentimento que o orientou por toda sua vida.<sup>27</sup> A formação intelectual de Ellis Jr. seguiu a rota privilegiada de seus antecessores e deu-se no interior das escolas mais conhecidas de São Paulo.<sup>28</sup> Fez seus estudos primários entre São Paulo, na Escola Caetano de Campos, e Rio de Janeiro, na escola Alfredo Gomes.

Com menos de onze anos, foi internato no colégio dos frades alemães da ordem de São Bento, onde completou o curso ginásial. No colégio São Bento, Ellis Jr. já despertava seu interesse pela História e encontrou um personagem importante em sua formação como historiador, como ele próprio destacou em suas memórias: “A matéria de minha predileção era História Universal, sempre com o professor Taunay.<sup>29</sup> Complementando: “Era professor de Geografia o dr. Afonso Taunay, que depois foi amigo meu, a quem muito haveria de dever nas minhas carreiras política e científico-literária”.<sup>30</sup>

Ao concluir o ginásial em 1912, seguiu para uma longa permanência na Europa, onde conheceu a civilização do “pré-guerra” e obteve ganhos culturais, além do marcante acesso à visão humanista. Acompanhou-o durante toda viagem seu pai, figura de “grande” importância em sua formação, como retratou em suas memórias:

Eu soube aproveitar a sólida orientação que meu pai me dava no decorrer dessa maravilhosa viagem [...] meu pai ... meu guia ... meu orientador ... meu grande mestre [...] com ele aprendi a raciocinar com lógica e compreensão ... incentivou meu espírito de independência ... o hábito das polêmicas ... o meu amadurecimento mental ... argumentar com segurança, a dialética do combate ... toda a tática e a estratégia na argumentação polêmica ... o maior lucro que obtive desses debates foi a conquista, foi a confiança nos meus próprios recursos intelectuais.<sup>31</sup>

Já no Brasil, a inclinação pelo humano e pelas questões sociais, além da possibilidade de residir em São Paulo, levou Ellis Jr., ainda com 16 anos, a decidir-se pelo ingresso no curso jurídico da Faculdade de Direito. Nesta ocasião, a burguesia paulista passou a se interessar pelo lema “patriotismo” como norma de ação ideal para a afirmação de ‘classe’. Daí nasceram as campanhas e, em seguida, as *ligas*, que eram organizações burguesas destinadas a difundir a ‘moral burguesa’ no âmbito nacional. Entre várias outras, estava a liga ‘Nacionalista de São Paulo’, que era uma sociedade regularmente organizada e que trabalhava na arregimentação de alunos das três escolas superiores paulistas: Direito, Medicina e Politécnica.

Da Fundação da Liga Nacional participaram membros de sociedades secretas de estilo maçônico filiadas àquela faculdade, como era o caso da *Burschenschaft* ou simplesmente *Bucha*, ligada à Faculdade de Direito. Ellis Jr. ingressou na *Bucha* no ano de 1915 e, através desta sociedade, entrou nas *Arçadas* por influência do amigo Waldomiro de Carvalho. Entretanto, Ellis Jr. não se teria interessado pela Liga Nacionalista de 1917, bem como pelas propostas de aquartelamento propugnado por Olavo Bilac, uma vez que se mantinha fiel às tradições da

‘classe rural paulista’ e ao pai, agricultor e senador participante, em 1909 e 1913, das campanhas civilistas federais.<sup>32</sup>

Nas arcadas, além da frequência às aulas, Ellis Jr. debruçou-se sobre a leitura de autores brasileiros e estrangeiros que contribuíram para elaborar a sua escrita da história. Leu da ‘crítica de costumes’ aos temas de literatura, história, sociologia, antropologia, psicologia, ciências físicas, naturais e biológicas, com ênfase em autores como: Darwin, Huxley e Haeckel, que contribuíram para formar algumas de suas ideias básicas sobre o determinismo e o ‘transformismo evolucionista’,<sup>33</sup> que estarão muito presentes em suas obras.

Após sua formatura, em 1918, Ellis Jr. retorna à fazenda Santa Eudóxia com a dura tarefa de gerenciá-la num momento de grandes dificuldades. Além da baixíssima produtividade (resultado da exaustão do solo), das pragas de gafanhotos, da grande geada de 1918 (que flagelou as lavouras de café), da enchente do rio Mogi Guaçu (que levou à ruína as lavouras menores de arroz e algodão), Ellis Jr. fora, ainda nesse mesmo ano, acometido do mal da febre espanhola, que o debilitou e o afastou do comando do patrimônio da família. Depois da venda da fazenda falida, decidiu enfrentar o serviço público. Já em abril de 1919 ocupou a Promotoria de Limeira e, em seguida, a de São Carlos. Foi o afastamento definitivo do meio rural e o início de uma carreira pública.

Após breve passagem pelo Rio de Janeiro, volta a São Paulo onde passa a exercer a advocacia. Sob a indicação de Afonso de Taunay, consegue lecionar no colégio São Bento e conhece a redação do jornal *O Correio Paulistano*, onde inicia sua trajetória como escritor. Sobre *O Correio Paulistano* escreve em suas memórias: “A entrada no *Correio Paulistano* (1923) foi o

primeiro degrau na escalada da minha carreira política e literária, bem como da ascensão como historiador, pois data de meus artigos semanais”.<sup>34</sup> Neste jornal, que era órgão oficial do governo do estado de São Paulo, Ellis Jr. relacionou-se com importantes intelectuais como: Menotti del Picchia, Cassiano Ricardo, Plínio Salgado, entre outros, e se integrou ao ‘movimento renovador do pensamento nacional’.

No ano de 1925, Ellis Jr. foi eleito para a Câmara dos Deputados do Estado de São Paulo, onde exerceu duas legislaturas, com término em 1930. Sempre muito ligado à economia, lutou em defesa do café, do açúcar paulista, dando ênfase às questões agrícolas e a assuntos relacionados à indústria, às ferrovias, aos portos, e até mesmo à aviação.<sup>35</sup> A década de 1920 foi de grande movimentação para Ellis Jr., por dividir seu tempo entre as atividades políticas e do jornal. Nesta década, ganha reconhecimento político (por suas atividades na Assembleia Legislativa de São Paulo) e intelectual (dada a publicação de seus primeiros livros), sendo também admitido em institutos e academias, como vimos acima.

De 1930 a 1937, Ellis Jr. viveu um período conturbado, pois participou ativamente dos acontecimentos políticos que balançaram São Paulo e o Brasil. Já em 1929, uma violenta crise econômica mundial, com um decênio de recessão, atingiu o Brasil, afetando todas as formas de produção, particularmente a lavoura cafeeira (que sentiu diretamente seus efeitos), e o sistema agrário e político. A falta de dinheiro, a queda no consumo de café, as baixas de preço no mercado mundial, estoques sem escoamento, ruína financeira, falência e desespero levaram à criação da Aliança Liberal.<sup>36</sup> Segundo Antonio Celso, desde:

[...] meados da década de 1920 [...] a insegurança começava a bater às portas da intelectualidade paulista, sobretudo de feição mais conservadora [...] diante de forças consideradas ameaçadoras – principalmente, a luta de classes e as novas ideologias políticas do período posterior à Primeira Guerra Mundial.<sup>37</sup>

Em outubro de 1930, iniciou-se a ‘Revolução’. Foram tempos de perseguições, destruição, invasões (como na sede do Partido Republicano e do jornal *O correio Paulistano*). Muitos líderes republicanos foram presos, entre eles Ellis Jr.<sup>38</sup> Não obstante, ainda participou ativamente de o “fuzil na mão”<sup>39</sup> na ‘Guerra Cívica de 1932’, como voluntário da Liga de Defesa Paulistana, que defendia a liberdade e a volta da autonomia para o estado de São Paulo. Ferido fisicamente, abalado psicologicamente com a derrota da Liga no setor de Cunha, Ellis Jr. ainda enfrentou forte perseguição política. Após a Revolução, em meio à luta para não ser exilado, volta ao magistério, lecionando no período diurno, no Liceu Pan-Americano e no Ginásio Paulistano, além de escrever vários livros didáticos. Trabalhou neste mesmo ano no curso pré-jurídico (projeto que dirigia juntamente com Hermes Lima, em uma sala do próprio Ginásio Paulistano); lecionou antropogeografia na Escola Livre de Sociologia e no curso pré-jurídico oficial organizado por Alcântara Machado, então diretor da Faculdade de Direito, e deu aulas de Sociologia.<sup>40</sup> Em 1933, retorna à política. Nesse ano, reorganizava-se o Partido Republicano Paulista (PRP), que já contava com o nome de Ellis Jr. em suas fileiras. Nas eleições de 3 de maio para a escolha dos constituintes, reuniram-se as ‘frações da classe dirigente’ em uma chapa eleitoral única (PRP e PD), que venceram com uma larga vantagem. Ellis Jr. foi um dos 23 sufragados.<sup>41</sup> Assim, atuou em oposição tanto ao governo do estado de São Paulo, como ao presidente Getúlio Vargas, mais uma vez

fiel aos ideais econômicos que nortearam seus mandatos anteriores. Em suas palavras:

Quando discuti nesta casa, em 1935 e em 1936, as leis orçamentais do Estado para os exercícios de 1936, tive como lema de todo o meu trabalho [...] uma única palavra. Economia. Considerei-a sempre como o fulcro de toda a administração do Estado.<sup>42</sup>

Eu não mudo de opinião como quem muda de camisa. Defendo a lavoura em qualquer terreno. Estarei sempre com seus interesses [...] não sei me calar quando está em jogo a própria vida da lavoura de café que é a própria vida do Estado de São Paulo.<sup>43</sup>

Em 1937, Ellis Jr. deixa a carreira política por motivo da instalação do Estado Novo. Em 1939 se tornou o primeiro catedrático do curso de Geografia e História, substituindo ao professor (e seu tutor intelectual), Afonso Taunay, no ano anterior. Em suas memórias, assim resume sua entrada na USP:

O professor Taunay, optando pelo cargo de diretor do Museu Paulista, deixou a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo. Eu pleiteei a vaga e fui contratado para reger a cadeira interinamente... No ano de imediato, isto é, em 1939, fiz concurso para catedrático, defendendo a tese 'Meio século de bandeirantismo'.<sup>44</sup>

Na antiga FFCL/USP, foi catedrático de 1939 a 1956 (sendo diretor entre 1939 e 1941). Os inventários de Alfredo Ellis Jr.<sup>45</sup> ajudam a dimensionar sua participação nos mais variados assuntos daquela faculdade. Desta forma, estes foram 'lugares sociais' e acontecimentos que direta e indiretamente contribuíram para a prática de pesquisa e a escrita da história de Ellis Jr.

## **A obra de Alfredo Ellis Jr. e a elaboração de um projeto de ‘escrita da história’**

A ligação da produção de Ellis Jr. com os lugares que ocupou é clara. Em palestra proferida na Academia Paulista de Letras, sua filha Myriam Ellis<sup>46</sup> dividiu a obra do pai em três grandes momentos. A primeira, de 1922 a 1930, relacionada aos primeiros livros (que foram a base dos demais). A segunda, de 1930 a 1937, articulada aos acontecimentos decorrentes do movimento ‘revolucionário’ de Outubro de 1930, e a ‘Revolução Constitucionalista de 1932’. A terceira, compreenderia o período em que ocupou a cadeira de História da Civilização Brasileira na Universidade de São Paulo.

Este trabalho, entretanto, divide a obra desse historiador em quatro grandes momentos. O primeiro, de 1920 a 1930,<sup>47</sup> estabelecendo pesquisas e escrita ligadas aos padrões dos historiadores dos institutos<sup>48</sup> (nas palavras de Antonio Celso, “um homem erudito, que transitava com fluência por diversas áreas”<sup>49</sup>), com uma escrita rebuscada, entendida como imparcial e objetiva.<sup>50</sup> Neste período, dá-se a passagem pelo *Jornal Correio Paulistano*, à sua filiação ao IHGSP e à APL<sup>51</sup> e a suas atividades como deputado estadual por dois mandatos consecutivos.

O segundo momento, de 1930 a 1933, remete à participação desse historiador nos movimentos revolucionários compreendidos nesses anos. As duas obras escritas sobre o assunto (*A nossa guerra e Confederação ou separação*) assumiram caráter denunciatório e ‘panfletário’ (ainda que claramente defendidas pelo autor como obras de ‘história’), avançando sobre aos procedimentos de pesquisa por ele utilizados até então.

De 1934 a 1938, quando Ellis Jr. se volta ao ensino básico, no Liceu Pan-Americano e no Ginásio Paulistano, já com algumas aulas no ensino superior (*Escola Livre de Sociologia e Política*, Faculdade de Direito do Largo de São Francisco), além do exercício da advocacia e sua volta ao Poder Legislativo de São Paulo – um momento de muitas atividades, por isso de pouca produção, e de uma frequente “reformulação” dos temas apresentados entre 1920 e 1930. Por fim, o quarto momento, em que foi admitido na então FFCL/USP como catedrático, na qual houve uma aproximação com a profissionalização e com as regras do ofício de historiador.

Momentos distintos de uma escrita que manteve, entretanto, um ‘fio condutor’ comum, conforme observou John Monteiro, para quem:

A concepção ellisiana da história paulista orientava-se por três pressupostos fundamentais: o isolamento do planalto durante todo o seu período formativo, caráter específico da mestiçagem luso-indígena (a correspondente ausência do negro africano) e o fenômeno *sui generis* do bandeirantismo paulista.<sup>52</sup>

Mudaram os ‘lugares sociais’ e a própria sociedade e, com isso, as práticas de pesquisa e a escrita da história em Ellis Jr.; mas os pressupostos fundamentais apontados por Monteiro, de que este autor teria sido o “último e mais radical expoente de uma safra de intelectuais dispostos a contar as glórias de São Paulo e com ele se encerra esse capítulo”,<sup>53</sup> deve ser observada como o desenvolvimento de um projeto de escrita da história com vistas a pensar o passado de São Paulo (e do Brasil) após os acontecimentos de 1929, 1930 e de 1932, nos quais teve uma participação direta. Desse modo, pensar o passado não era apenas uma questão afetiva, de cunho emocional, mas também uma questão política, dado que foi um

momento de reconfiguração do poder. No entanto, ao ingressar na universidade, o tom político deste projeto dá lugar à produção ‘científica’, na qual a escrita da história passava a ser inserida. Nesta remodelação, a história dos costumes e a historiografia metódica oitocentista foram fundamentais para Ellis Jr. forjar ‘métodos’ adequados à sua prática.<sup>54</sup>

Sem dúvida, este foi um período especial da trajetória intelectual do autor, seja por seu amadurecimento, seja por sua escrita, agora vigiada pelos olhos de uma “polícia do trabalho” (expressão tomada de Certeau), um momento de transição do homem erudito ao homem intelectual,<sup>55</sup> isto é, ao acadêmico profissional. Capelato, Glezer e Ferlini reafirmam o ambiente encontrado por Ellis Jr. na Faculdade de Filosofia de então, quando da vinda da missão francesa<sup>56</sup> e do encontro desses historiadores ligados ao movimento dos *Annales*, com a maneira tradicional de escrita da história praticada nos institutos históricos do Brasil até a abertura do curso de Geografia e História na Universidade de São Paulo em 1930.<sup>57</sup> Para as autoras:

Se de um lado [os franceses] traziam a experiência com um trabalho metodologicamente orientado e os ares renovadores dos *Annales*, por outro lado, encontraram caldo de cultura fértil, patente em produção historiográfica nacional de grande erudição, voltada para os temas paulistas, expressas nas obras de Taunay e Alfredo Ellis Jr. Em múltiplos aspectos, essa época corresponde a um repensar do Brasil.<sup>58</sup>

### **A escrita de uma História do Brasil em Alfredo Ellis Jr.**

Não se deve tomar, entretanto, a figura de Ellis Jr. na FFCL/USP como a de um “forasteiro”, assustado com um “novo” mundo que se

descortinava à sua volta. Experiente na convivência de outras instituições, Ellis Jr movimentou-se com bastante desenvoltura pela universidade.

A começar pelo seu mandato como diretor, com o mesmo poder crítico que tão bem exercitara nos anos de oposição na Assembleia Legislativa de São Paulo. Não media palavras nas críticas à diretoria, aos colegas irregulares em suas tarefas, como foi o caso da polêmica levantada por ele nas discussões com a diretoria da FFCL, representada pelo professor André Dreyfus, questionando a conduta dos professores William Madow, Roger Bastide e Abrahão de Moraes,<sup>59</sup> cobrando um posicionamento mais eficaz do diretor no acompanhamento das aulas.

A voz de Ellis Jr. soava até com certo respeito na Faculdade. Nesta, participou do conselho técnico-administrativo, da Comissão de Pesquisa Científica,<sup>60</sup> da Subcomissão de Ciências Culturais, de inúmeras bancas de doutoramento, banca de livre-docência em história e outras áreas,<sup>61</sup> comissões de concursos de diversas áreas (como em Geologia, e até mesmo análise matemática<sup>62</sup>) e foi sócio fundador da Sociedade de Estudos Históricos.<sup>63</sup>

Além do mais, o regime de cátedra, que existiu até a reforma universitária de 1968, dava grande liberdade ao catedrático, não podendo este ser questionado na grande maioria dos casos. Conforme lembra Fernando Novais,<sup>64</sup> os assistentes eram forçados a seguir rigorosamente as determinações do professor da cadeira à qual prestavam auxílio.<sup>65</sup> Novais exemplifica esse poder investido nas cátedras lembrando do caso do professor Eduardo d'Oliveira França:

[...] que desejou fazer sua tese sobre História do Brasil, mas não pode, porque era assistente da Cadeira de História Moderna e Contemporânea. Assim sua

primeira tese foi sobre o poder real e as origens do Absolutismo em Portugal. Isto porque, de certa forma, queria estar mais próximo da História do Brasil. Mas não podia explicitar esse fato, pois os catedráticos eram Taunay e Alfredo Ellis.<sup>66</sup>

Com base nestas considerações, a análise da obra *A economia paulista no século XVIII: o ciclo do mear o ciclo do açúcar*, publicada em 1950, pela Faculdade de Filosofia (Boletim 115; História da Civilização Brasileira, n°11), contemplará como se deu a escrita de uma História do Brasil feita por Ellis Jr., quando ocupou a cátedra de História da Civilização Brasileira. O livro analisado é importante, sobretudo por ser uma elucidativa introdução à primeira parte (chamada de *preliminares*), em que Ellis Jr. faz uma discussão riquíssima sobre o que entende sobre História e o ‘fazer história’ (métodos, imparcialidade, objetividade, verdade, fontes, etc.), registro que explicita as preocupações e convicções deste autor sobre a área, numa tentativa de síntese de sua compreensão do estudo e da escrita da história. É importante ressaltar que, mesmo sendo o livro de caráter didático, por ser oriundo de um boletim da cadeira, não se trata de uma produção restrita aos discentes do catedrático. As listas de boletins da Cadeira de História da Civilização Brasileira enviados no ano de 1948 dimensionam a enorme circulação desses materiais.<sup>67</sup>

A partir da leitura das *preliminares*, fica evidente a aproximação com o profissionalismo por parte de Ellis Jr. Assuntos que antes não o preocupavam, agora são frequentemente repetidos. A começar pela distinção clara que faz da disciplina de História com outras modalidades de se reportar ao passado:

Um capítulo qualquer da História de um povo qualquer ou de um acontecimento qualquer não deve resumir-se

a uma descrição mais ou menos minuciosa dos fatos ocorridos que constituem esse fenômeno do passado, então focalizado. Isso não passaria de uma mera reportagem; reduziria a História a uma situação inferior, com um objetivo muito simplista, de mero repositório das recordações e de curiosidades. História não pode se baixar de nível a esse ponto, recorrendo à memória do estudante, para o engavetamento mais ou menos ordenado de detalhes sobre nomes, datas, alvarás, decretos, batalhas, etc.<sup>68</sup>

Para ele, a História não poderia ficar presa à cronologia, mesmo sendo ela parte importante dos estudos históricos; ela se formaria da união de vários departamentos do saber humano, saberes estes disciplinados por espírito crítico, mobilizados pelo raciocínio, o bom senso e a imaginação, aspectos indispensáveis para o diagnóstico das *causas*, para a interligação das *consequências* e a sincronização das *repercussões*, que se encadeiam com os *fatos principais*. *Causas, consequências, repercussão*: eis o tripé que daria subsídio seguro ao historiador: “Só assim podem ser erguidas as reconstituições do passado com suas causas, bem diagnosticadas, e com suas consequências, bem interligadas, com suas repercussões bem sincronizadas e encadeadas com os fatos principais, que devem ser analisados”,<sup>69</sup> como dirá.

Aí está o problema nos capítulos sobre a história do Brasil até então, pois foram “desgraçadamente” escritos, senão no seu aspecto cronológico, com “lamentável” falta de análise das *causas* e das *consequências*. Frente a isso, assevera Ellis Jr., as páginas de nossa evolução pregressa não foram constituídas completamente; “falta um seguro diagnóstico das causas desse sucesso que têm sido unicamente descritas sob o ponto de vista cronológico e [...] apresentadas em suas ramificações às vezes desimportantes”.<sup>70</sup> Também reclama da falta de capacidade dos escritores da história do Brasil

em recorrer aos vários “departamentos do saber”, em traçar comparativos com o desenvolvimento histórico de outros povos, o que, para ele, comprometeu as explicações e as críticas dos eventos de nossa história: “Com isso, as páginas do passado brasileiro figuram como se estivessem no ar e sem base sustentadora explicativa”.<sup>71</sup>

Frente a esses problemas, escrever satisfatoriamente a história do Brasil seria analisar as causas, discriminá-las, mencioná-las e criticá-las, valendo-se do raciocínio e da imaginação. Ellis Jr. era categórico na cobrança do tripé causas, consequências e repercussões, a tal ponto que a ausência do “espírito crítico”, que não lavava à interligação dos três fatores, era motivo de reprovação em suas avaliações. Data de 16 de abril de 1948 uma correspondência em que ele responde à solicitação de reconsiderar o caso de Dinah Spadão, reprovada, ao que tudo indica, em um concurso. Na carta, responde – apontando os motivos da reprovação – a Malaman:

Meu caro Malaman:

Acabo de receber a carta de 8. Infelizmente, o caso de D. Dinah Spadão não pôde ser resolvido a contento dela. Ela não foi bem, ela não foi aprovada. Tive a impressão dela, contrária a que V. manifesta em sua carta. Achei que a D. Dinah não liga muito ao ensino. É displicente. Ela faz parte do curso de férias e foi muito pouco assídua. Por êsse motivo ela não pegou o nosso sistema. Ela revelou a mais completa ausência de espírito crítico, pois fez uma dissertação sôbre a “Reforma religiosa” na qual esqueceu as causas e não mencionou as consequências. Repetiu essa enorme cincada quando deu uma aula sobre “Maioridade”. Espero, porém que D. Dinah adquira o que não revelou nesse exame, de modo que em 1949, no concurso que vamos ter, ela conquiste uma boa classificação. Quanto

ao mais, nada mais fiz que justiça. Gratíssimo pelo que V. me disse.

Do muito amigo: Dr. Alfredo Ellis Junior.<sup>72</sup>

Sobre os fatos, não todos devem receber a atenção do historiador. Ellis Jr. monta uma espécie de categorização que ajuda na escolha dos mais relevantes. São mais importantes aqueles fatos que produzem grande número de *consequências*, devendo ser mais “esmerilhados” do que os fatos *causadores* de menor efeito. Ele segue a rota de crítica aos “historiadores” do Brasil reafirmando: “Infelizmente, os que têm cuidado do passado brasileiro não têm tido os olhos voltados para essas ideias, embora elas sejam de lógica esmagadora e dotadas de tal evidência que se fazem irrespondíveis”.<sup>73</sup> E, duramente, complementa: “Resumindo tudo, o Brasil, ainda que tenha tido excelentes cronistas expositores de seu passado, não conhece completos historiadores-interpretadores de seus capítulos históricos”.<sup>74</sup> Se, por um lado, é duro em seu tom de crítica, por outro, acena para o motivo dessas imensas lacunas na historiografia brasileira, demonstrando suas ligações com as práticas ‘positivistas’, principalmente o modelo de história da chamada “escola metódica” francesa. As causas da falta dessas habilidades no trato do passado pelos “historiadores” do Brasil:

É que o conceito de História, de acordo com as idéias supra, só agora é assim concebido. Isso exige uma cultura muito extensa para se aplicarem nos problemas históricos os ensinamentos oriundos de vários ramos científicos. Além dessa cultura muito vasta, ainda que pouco profunda, a interpretação da História pelos métodos científicos, que não a deixa resumir-se em simples exposição descritiva, exige muito esforço, raciocínio e observação.<sup>75</sup>

Mas não aparece somente como um crítico. O peso institucional da universidade o levou à prática da autocrítica, a reconhecer suas limitações. Primeiramente, apresenta-se (em um ato de humildade) como um não exemplo do modelo de historiador científico, por ele defendido:

Eu tentei aplicar [o] sistema crítico ao passado paulista e apenas tentei, porque me faltam os recursos da cultura mais ampla como seria mister [...] outros mais dotados de predicados intelectuais poderão fazer trabalho mais completo que o meu [...] contento-me com a função de ter sido um primeiro abridor de picada.<sup>76</sup>

Logo, a sombra das teses de suas primeiras obras que, nos meios acadêmicos, não tinham a mesma ressonância dos institutos, levou o catedrático às seguintes palavras: “É possível e mesmo provável que tenha exagerado nas minhas interpretações, ainda que tenha agido sempre de boa fé [...] eu não quero pensar que tenha acertado sempre”.<sup>77</sup> Chama a atenção uma frase de peso, em que o historiador reconhece os exageros cometidos em suas análises sobre a história de São Paulo e do bandeirantismo paulista: “Às vezes o erro de superestimação de certos fatores tem me conduzido a caminhos menos certos”.<sup>78</sup>

Mesmo com toda essa abertura, as “velhas” convicções de Ellis Jr se mostravam vívidas em suas abordagens históricas, principalmente o(s) determinismo(s), o ecletismo, agora complementados pela economia. Ele toma as rédeas da História das mãos do homem: os acontecimentos históricos não estão subjucados à vontade do homem, pois que, as ações do homem são determinadas por dois fatores predominantes, que em suas ações, reações e repercussões explicam a História. São esses fatores: o oriundo do *meio interno* e o oriundo do *meio externo*.

Ao levantar as questões em torno do que chamou de *meio interno*, retoma todas as lições das ciências biológicas (neste caso, especificamente, da heredologia e da genética), para provar que não escolhe o homem a configuração física, moral, fisiológica, psíquica, etc. que carregará por sua vida, pois ela é herdada de seus antepassados, determinada pelo jogo genético.

Já o *meio externo* é tudo o que envolve o homem, tanto o meio natural, leiam-se o meio geográfico e o meio artificial ou social. Para ele, o primeiro, por força, envolve o homem, subordinando-o ao clima, ao solo, à nutrição, entre outros. O segundo, mesmo sendo criado pelo homem, também o escraviza às suas imposições: “Tudo isso independe da vontade humana, que tem que obedecer às correções estranhas, em completa e evidente ablação da própria vontade”.<sup>79</sup>

Desta maneira, esses dois fatores, o oriundo do *meio interno* e o oriundo do *meio externo*, são os modos de ação que causam todas as atividades humanas, quer as individuais, quer as coletivas. Para ele, todos os homens agem no sentido egoísta de procurar o próprio bem, a busca constante pelo lucro, seja o lucro material ou mesmo o espiritual. Todos visam egoisticamente ao bem próprio, direta ou indiretamente. Agindo os homens dessa maneira, os reflexos nos grupos humanos transparecem, e estes grupos também se vincam no mesmo objetivo de progredir, lucrar, melhorar a vida. E conclui: “progresso, lucro, a grande finalidade da vida humana”.<sup>80</sup>

Daí vem a grande importância da economia para a história, já que o lucro material, ou o progresso, só podem ser alcançados pela economia. E exemplifica:

[...] observe a vida dos povos; examine-se a vida individual e a conclusão terá de ser a mesma: a Economia é *causa mater* de todas as ações humanas. Poderá ela estar enroupada em vestes que lhe modifiquem a aparência, mas o bom observador, despindo as roupagens enganadoras dos disfarces, mais ou menos desfiguradores da verdade, a encontrará resplandecente em sua nudez. Mesmo os mais sublimes e estranhos dos idealismos que parecem colocar os indivíduos apaixonados no irreal, têm a sua base na economia.<sup>81</sup>

Sendo a economia o carro-chefe no estudo da história, ele busca sistematizar a melhor maneira de estudá-la. Para tanto, erige três pressupostos fundamentais para o historiador, no que concerne à economia: *produção, consumo e intercâmbio*. Para Ellis Jr., toda economia do agregado humano tem seus fulcros nessas três partes que, por isso, devem ser estudadas em separado. Ao partir do estudo da economia no seu tríplice aspecto, é preciso que o historiador seja minucioso em sua análise, fugindo à mera descrição da situação estudada, “porque é preciso que fique tudo bem patente; não basta descrever uma situação; é preciso que ela seja explicada, quando não justificada, depois de ter sido analisada e criticada”.<sup>82</sup>

Se a economia tem importância na história de qualquer povo, muito mais na história de nosso país, pois, no “caso do Brasil, o que varia é a forma como se processa a interferência dela, mas a causa é sempre a mesma”.<sup>83</sup> A economia é peça indispensável na história da civilização brasileira. Para ele, até mesmo as manifestações psicológicas ou sentimentais mais evidentes têm sempre seus fundamentos calcados em aspectos econômicos:

Nem sempre [a economia] aparece com evidência, pois muitas vezes ela se oculta com mistério, nos refólios

umbrosos das aparências enganadoras. Compete ao historiador arguto raciocinar profundamente e descobrir o esconderijo onde reside a causa econômica, que, como um ponto nevrálgico, serve de base para todos os acontecimentos visíveis.<sup>84</sup>

Mas de nada adiantam todos esses procedimentos analíticos se não houver boas fontes para o estudo do passado. Por isso, traz uma listagem de fontes, merecedoras, em suas palavras, de fé para a reconstituição dos capítulos do passado.<sup>85</sup>

As reconstituições dos atos do passado devem ser feitas a partir deste conjunto de fontes que, juntas, fornecem os elementos para que, bem pesados, interpretados e criticados, a história possa ser escrita. O documento aparece na primeira posição das fontes utilizáveis, mesmo com toda essa variedade de possíveis fontes apresentadas. Isto não quer dizer que não reconheça que os documentos pudessem ser fragmentos do passado, que apresentavam sérios problemas, tendo em vista que:

[...] os documentos formam as fontes primordiais, mas isso não quer dizer que a documentação estabeleça verdade absoluta e incontestável. O documento precisa ser interpretado e dele aproveitado o máximo que possa servir para elucidar um determinado fato. É por isso que o historiador deve possuir uma cultura ampla a fim de poder interpretar o documento sob vários aspectos [...] sendo o documento a fonte principal, isto é, do qual se podem estabelecer as asserções mais seguras, outros elementos para edificação histórica existem e não podem ser desprezados seus ensinamentos.<sup>86</sup>

A cultura ampla será utilizada pelo historiador no intuito de intercalar, combinar, interligar e sincronizar os conhecimentos estabelecidos pelo documento com outros, selecionados de outras fontes.

Cita o exemplo de Georges Cuvier, que dizia poder de um simples osso restaurar um animal monstruoso da pré-história, no sentido de afirmar que o mesmo teria de fazer o historiador: por uma simples peça, por mais secundária e insignificante que aparente, reconstruir um fenômeno, um capítulo ou uma época ou ainda uma situação do passado. Insiste repetidas vezes na ampla cultura geral, imprescindível ao historiador, porque:

[...] militando afincadamente neste objetivo, a história constantemente recorre a vários ramos científicos. E ainda por isso, eu repito e insisto, o historiador precisa estar munido de cultura geral muito ampla, a fim de poder ao menos compreender os assuntos de que precisa lançar mão, para atingir com mais felicidade o seu desiderato.<sup>87</sup>

Na esteira desses predicativos indispensáveis ao historiador, rebate a ideia de que a história seja matéria fácil, acessível a qualquer pessoa, uma espécie de “água com açúcar”, como corrente no conceito vulgar dessa disciplina. Por todos estes melindres no estudo do passado, a história é matéria que exige dedicação e especialização mais profunda; razão por que a função de historiador não está ao alcance de qualquer um: “É preciso haver a maior dedicação e não pode ser considerado um simples ‘bico’ o mister de historiador, que requer certa exclusividade”.<sup>88</sup>

Por outro lado, chama a atenção para a importância do raciocínio e da lógica, e de certa dose de imaginação na interpretação das fontes. Ressalta que o imaginado não pode, sem a base sólida de provas seguras, ser tido como verdade. O imaginado é uma simples hipótese que, após a análise das provas, poderá ou não ser transformado em ‘verdade científica’: “sem certa dose de imaginação, o historiador fica a repetir o estafadamente sabido”.<sup>89</sup>

De todos os posicionamentos de crítica à escrita da História do Brasil por parte de Ellis Jr., chama a atenção o seu desprezo pela história dopada de civismo. Ataca veementemente o louvor exagerado ao povo brasileiro, o *me ufanismo* que forjou o muito pouco inteligente de que tudo o que é brasileiro é melhor, mais perfeito e mais razoável do que o restante. Para ele, isso acarreta enorme mal à verdade, pois, tal confusão e mistura entre a história e o civismo patriótico, mistura profundamente desinteligente e contraproducente, não contribui para o melhor conhecimento do passado. A literatura sobre o passado brasileiro se acha imbuída desse “espírito mefítico” que compromete toda a noção sobre a vida da nossa terra. O pieguismo do brasileiro e o romantismo do século XIX deram amplitude a este espírito desvirtuador da verdade, tanta amplitude a ponto de o passado de nossa gente se tornar monstruosamente irreconhecível. Sob esse aspecto, afirma categoricamente: “No Brasil, de fato, desde a famosa carta de Vaz de Caminha e das páginas de Rocha Pita que um ranço adocicado despurifica a verdade”.<sup>90</sup> E assevera:

A história de um povo não é Bíblia de civismo. História é uma ciência, ou antes, um conjunto de ensinamentos científicos. As suas conclusões devem ser rígidas, austeras e frias, enquanto que o civismo é sempre apaixonado panegirista, etc., fazendo de cada capítulo do passado uma série de ditirambos endeusadores dos seus figurões.<sup>91</sup>

O autor segue o caminho de crítica ao modelo ufanista de escrita da história do Brasil. Diz que o ensino desse civismo nas escolas é extremamente perigoso, pois “envenena” a formação intelectual do estudante no ensino primário e no ginásial, saturando-o de noções falsas, de ideias errôneas, de tabus atrasadíssimos que refletem o espírito de

ufanismo adulterador da verdade. Uma vez chegado ao ensino superior, o estudante carregado de patriotismo toma uma “ducha gelada” ao se defrontar com a verdade. Estudante abalado e chocado, transforma-se em um “céptico” e, descrente de tudo o que diz respeito ao seu país, à sua gente.

Para ele, é dessa decepção que nascem folclores como o de *Amélia, a mulher de verdade*, “Miserê”, “não adianta fazer nada”, “pra que trabaiá?”, todos relacionados à miséria, ao conformismo e à madraçaria. Por isso, conclama: “Não, a mentira não compensa!”.<sup>92</sup> Não nega de também ter sido acometido por este mal, que, segundo ele, corrompeu sua geração, o mal que está no “espírito” do “*me ufanismo*” que saturou todos os que escreveram sobre o passado do Brasil, e pelo simples ato de escrever sobre o passado, foram guindados ao nível de historiadores, designação esta muito malbaratada:

Qualquer repetidor do que outrem descreveu sem raciocínio é chamado de *historiador*. Têm-se visto coisas verdadeiramente inconcebíveis em matéria de malbaratamento desse apelativo. Basta escrever qualquer coisa sobre o passado, embora não abordando pesquisa nenhuma, para ser erguido ao nível de *historiador*. Até quem nunca publicou coisa alguma é *inconscientemente* chamado de *historiador*.<sup>93</sup>

Essas legiões de repetidores entronizam estes erros, repetindo-os, com isso formando “tabus”, razão por que os livros e compêndios didáticos ginasiais deveriam passar por uma “honesta” revisão para o restabelecimento da verdade. Ao delinear as diretrizes para o restabelecimento da verdade na História do Brasil, Ellis Jr. traz à baila discussões sobre a imparcialidade na pesquisa histórica e se revela bom

aprendiz de seu mestre Taunay, no que diz respeito à recepção da moderna crítica histórica. Conforme apontou Karina Anhezini, os procedimentos da “escola metódica” francesa foram de grande relevância na escrita da História de Taunay, mas não se pode considerá-lo um método segundo o modelo francês. Em Taunay:

Este método foi uma das referências que informaram as composições historiográficas de Taunay, um *metódico à brasileira*, que confrontou procedimentos de análise interna e externa do documento, bem como, as definições quanto à melhor História a ser escrita e ditadas por Langlois e Seignobos com um outro universo de produção, o brasileiro, e, assim, rearranjou estes elementos de acordo com as possibilidades apresentadas pela escrita da História no Brasil.<sup>94</sup>

Tal como já havíamos antecipado, Ellis Jr. segue a mesma trilha de seu mestre. Neste caso, porém, tecendo duras críticas à noção de imparcialidade, tão cara aos metódicos franceses. Para Ellis Jr., “o historiador pode e deve tomar partido de um problema do passado e defender a tese que tiver erigido”,<sup>95</sup> pois o historiador precisa se dedicar ao que quer provar. No caso do mero expositor, este não defende tese alguma, limitando-se a descrever uma situação. Nessa posição, o mero expositor deve ser imparcial, já que nada critica, nada defende. O historiador tem um princípio a defender, em torno do qual ele reúne argumentos que lhes são favoráveis. Mas, para que possa defender uma tese, é imprescindível que previamente acredite na sua veracidade, pois, quando convencido disso, o historiador busca todos os elementos para estabelecê-la como verdade científica. Ora, tão laboriosa tarefa não deve ser feita com frieza, e sim com dedicação. Ressalta, porém, que o historiador, ainda que com calor defenda uma tese e se coloque em antagonismo contra os seus adeptos de tese

oposta, deve ser honesto ao conservar sua parcialidade a favor do que sustenta e do que advoga.

Sendo a ‘escola metódica’ criada “em torno de um axioma, o da história como ‘ciência positiva’”,<sup>96</sup> fugindo do subjetivismo em nome da ciência e do respeito à verdade, Ellis Jr. se afastava em um ponto fulcral do modelo francês: suas subjetividades, suas “paixões” tão às claras em suas obras.

O historiador, no modelo metódico, deveria estar ciente de que pertencia a uma comunidade de profissionais que, além de zelar pela objetividade, tinha de apresentar seus escritos sem qualquer traço da estética literária; um discurso frio, duro e sem qualquer resquício das “paixões” pessoais, devendo somente descrever o que estava objetivamente contido na fonte.<sup>97</sup> Em mais um ponto se afasta Ellis Jr. desse modelo. Como já foi exposto, dava grande importância à imaginação: “Ao ser feita a reconstituição do passado, é preciso que o raciocínio trabalhe muito a par com o bom senso e a lógica. Além disso, se faz mister que o historiador ponha em ação certa dose de imaginação”.<sup>98</sup>

Todos os aspectos até aqui destacados estão presentes no livro *A economia paulista no século XVIII*. Desnecessário alongarmo-nos, resumindo os capítulos. Importa salientar que seguem uma prática articulada ao seu programa de pesquisa, que embora tenham continuidade com os textos que produziu desde 1920 sobre a história paulista, no período analisado houve mudanças significativas.

## **Conclusões**

Neste sentido, vimos como Ellis Jr. definiu seus procedimentos de pesquisa, na medida em que organizou sua prática e sua escrita para delinear a história de São Paulo e do país. Vimos como seus procedimentos foram se consolidando durante o período em que esteve como catedrático da cadeira de *História da Civilização Brasileira* do curso de Geografia e História da FFCL/USP e como esses mesmos preceitos teóricos e metodológicos alicerçavam sua escrita da história de São Paulo e do Brasil, e seus processos de avaliação dos alunos e em suas bancas.

A forma pela qual sua obra passou a ser interpretada pela historiografia paulista a partir da década de 1980 esteve intimamente relacionada com o impacto causado pela obra de Buarque de Holanda, especialmente quando esteve na cadeira de História da Civilização Brasileira do Curso de História da FFLCH/USP. Em relação à historiografia nacional, as causas de tal esquecimento se devem especialmente a participação política de Ellis Jr. junto ao Partido Republicano Paulista nos anos 1920 e 1930 (como deputado em três mandatos), seu papel como militar na “Revolução Constitucionalista” de 1932, ao seu menosprezo pelo elemento afro-brasileiro na formação da sociedade paulista e a sua exaltação pelo “mito paulista”: o bandeirante. Vale, contudo, ressaltar que suas posições políticas e suas ações militares, corresponderam após 1980 a uma leitura feita pelas pesquisas acadêmicas, notadamente ressaltando as atitudes de um conservador, cujo papel na proliferação de um *status quo* paulistano lhe resultou críticas, esquecimentos e desinteresse em grande parte dos estudiosos brasileiros, como nos mostra Magda Ricci, em *Assombrações de um padre regente: Diogo Antonio Feijó*.

O texto apresentado procurou avaliar criticamente a obra e a trajetória de Ellis Jr., mas sem ao mesmo tempo legá-la ao esquecimento. Ao observarmos suas discussões vimos como ele tentou se aproximar da historiografia econômica nacional praticada nos anos 1930 e 1940, oportunamente destacando a obra de Simonsen. Vimos que seu conceito de história ainda estava amparado na historiografia francesa oitocentista. E as marcas de tais escolhas estiveram presentes em sua produção dos anos 1950.

## Notas

---

\* Professor Associado aos cursos de Pedagogia e de Ciências Sociais da UEMS, e dos programas de pós-graduação em Educação e do ProffHistória. Doutor em História pela UFPR, onde também concluiu estágio de pós-doutorado em 2015. E-mail: diogosr@uems.br. ORCID ID: <http://orcid.org/0000-0001-8952-7826>.

<sup>1</sup> Resultados da pesquisa: “Ofício de historiador na Universidade de São Paulo: entre o ‘autodidatismo’ e a profissionalização do trabalho intelectual de história (1934-1968)”. Agradeço ao CNPq pela bolsa de iniciação científica, que permitiu ao meu aluno André D. Fonseca efetuar um levantamento exemplar das fontes de Ellis Jr. na Universidade de São Paulo, e a quem aproveito para estender meus agradecimentos. Agradeço ainda a Sueli do Nascimento pela leitura e comentários ao texto. E aos colegas do Seminário de **Teoria e história da historiografia** de Mariana/MG, com suas críticas pontuais.

<sup>2</sup> SODRÉ apud BANDECCHI, 1967, p. 7.

<sup>3</sup> A obra de Nelson Werneck Sodré é extensa e tem recebido análises importantes, algumas reunidas em coletâneas, como as organizadas por: SILVA, Marcos. **Nelson Werneck Sodré na historiografia brasileira**. Bauru/São Paulo: EDUSC/FAPESP, 2001; CUNHA, Paulo R. & CABRAL, Fátima (org.). **Nelson Werneck Sodré – entre o sabre e a pena**. São Paulo: UNESP, 2006.

<sup>4</sup> Advogado e historiador.

<sup>5</sup> Em 1926 foi avaliada a proposta de ingresso de Alfredo Ellis Jr. como correspondente do IHGB (tomo 99, vol. 153), na sétima sessão ordinária, de 11 de outubro daquele ano (RIHGB, v. 153, pp. 436-474).

<sup>6</sup> O que, evidentemente, não quer dizer que não circulassem entre os letrados de São Paulo, ou de outros estados do país, como o comprovam as várias correspondências administrativas de Alfredo Ellis Jr., armazenadas no CAPH da FFLCH/USP, nas quais despacharia exemplares dos boletins a diversos letrados, professores do ensino secundário e superior, inclusive a Sérgio Buarque de Holanda, que encaminhou os 9 publicados neste período. a biblioteca de SBH, armazenada na Unicamp, com cerca de 10 mil obras (entre

---

livros e periódicos), conta com os seguintes boletins: *O ouro e a Paulistânia*; *O café e a Paulistânia*; *A economia paulista no século XVIII*, *Meio século de bandeirismo*; *Capítulos da história psicológica de São Paulo*; *Panoramas históricos* e *Raposo Tavares e sua época*. Além desses títulos relativos aos boletins, havia na biblioteca de SBH os seguintes títulos de AEJ: *A evolução da economia paulista e suas causas* (edição de 1937); *O bandeirismo paulista e o recuo do meridiano* (edição de 1934); *Populações paulistas* (edição de 1934) e *Tenente-coronel Francisco da Cunha Bueno, pioneiro da cafeicultura no Oeste Paulista* (edição de 1960), totalizando 7 boletins e 4 outros títulos, assim representando 11 títulos deste autor. Por sua vez, a biblioteca de AEJ, com 2.200 títulos e armazenada no IEB da USP, conta com dois títulos de SBH, a saber: *Moções* (edição de 1945) e *Raízes do Brasil* (edição de 1948).

<sup>7</sup> Ver, entre outros: FRANZINI, F. **À sombra das palmeiras**: a coleção Documentos Brasileiros e as transformações da historiografia nacional (1936-1959). Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2010; MOTTA, R. P. S. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2014; REIMÃO, S. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. São Paulo: Edusp, 2012.

<sup>8</sup> Seu último ano letivo foi o de 1968; entre o final deste ano e o início de 1969 solicita a aposentadoria, em função da ação do AI-5, para vários amigos da FFLCH/USP (e a teve aprovada em 1969), como: Maria Odila da Silva Dias; Boris Fausto; Maria Thereza Petrone; Suely Robles Reis de Queiroz e José Sebastião Witter, que seriam responsáveis pela formação de gerações de historiadores, a partir dos anos 1970, na Universidade de São Paulo (USP). Ainda que tal ponto seja fundamental, não podemos deixar de lado o que vimos no capítulo anterior quanto à participação de ambos em teses de doutorado, livre-docência e de cátedra entre 1939 e 1952, nas quais Ellis Jr. teria uma participação muito maior, pelo simples fato de que era o titular da cadeira no período.

<sup>9</sup> “Se, de um lado, [os franceses] traziam a experiência com um trabalho metodologicamente orientado e os ares renovadores dos Annales, por outro lado, encontraram caldo de cultura fértil, patente em produção historiográfica nacional de grande erudição, voltada aos temas paulistas, expressos nas obras de Taunay e Alfredo Ellis Jr. Em múltiplos aspectos, essa época corresponde a um repensar o Brasil” (CAPELATO, M.; GLEZER, R., & FERLINI, V. Escola Uspiana de História . **Estudos Avançados**, 8(22), pp. 349-358, 1994, p. 351).

<sup>10</sup> Uma segunda edição de seu livro **Feijó e a primeira metade do século XIX**, pela Companhia Editora Nacional.

<sup>11</sup> FERREIRA, M. M. **A História como ofício**: a constituição de um campo disciplinar. Rio de Janeiro: FGV; Faperj, 2013; ROIZ, D. S. **Os caminhos (da escrita) da História e os descaminhos de seu ensino**: a institucionalização do ensino universitário de História na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (1934-1968). Curitiba/PR: Editora Appris, 2012.

<sup>12</sup> Fez os cursos de graduação e de pós-graduação, em nível de doutorado, na área de História na Universidade de São Paulo, sob a orientação de Astrogildo Rodrigues de Mello, e veio a substituir seu pai, interinamente, a partir de 1952, na cadeira de *História da Civilização Brasileira* (Cf. ANUÁRIOS DA FFCL, 1950, 1951, 1952). Estudiosa do período colonial, ela contribuiu para o conhecimento da pesca da baleia na costa litorânea da América Portuguesa, quanto do abastecimento e da tributação do sal. Além disso, estudou,

---

como o pai, a capitania de São Paulo nos seus níveis de composição da riqueza pessoal dos indivíduos e nos processos de mobilidade social nos séculos XVII e XVIII.

<sup>13</sup> ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 1985. p. 143.

<sup>14</sup> MONTEIRO, J. M. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr.. *Novos Estudos CEBRAP* (São Paulo), v. 38, pp. 61-78, 1994, p. 85.

<sup>15</sup> FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002. p. 336.

<sup>16</sup> PARADA, M.; RODRIGUES, H. E. (Org.). **Os historiadores clássicos da história do Brasil**: dos primeiros relatos a José Honório Rodrigues. Rio de Janeiro: Vozes, 2018, v. 4.

<sup>17</sup> NICOLAZZI, F. (Org.). **História e historiadores no Brasil**: do fim do Império ao alvorecer da República – c. 1870-1940. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2015.

<sup>18</sup> PARADA, M.; RODRIGUES, H. E. (Org.). op. cit., p. 210.

<sup>19</sup> O conceito de intelectual a ser utilizado nesta pesquisa se restringe ao de produtor de ‘bens simbólicos’ (participante ou não na arena dos debates políticos), envolvendo-se essencialmente com a interpretação da realidade social e sendo um elaborador e divulgador de ‘visões de mundo’ (GOMES, 1996, pp. 38-39).

<sup>20</sup> RÜSEN, Jörn. **Razão histórica**. Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica. Tradução de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UNB, 2001. pp. 53-93.

<sup>21</sup> CERTEAU, M. A operação historiográfica. In: \_\_\_\_\_. **A escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002, p. 66.

<sup>22</sup> *ibid.*, p. 66.

<sup>23</sup> ELLIS, M. **Alfredo Ellis Júnior**, 1896-1974. São Paulo: Editora Bentivegna, 1997, p. 43.

<sup>24</sup> FERREIRA, A. C. **A epopéia bandeirante**: letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora Unesp, 2002, p. 331.

<sup>25</sup> *ibid.*

<sup>26</sup> Suas memórias – **Roteiro de Minha Vida** – constituem-se de um extenso manuscrito de quase quatrocentas páginas deixado aos cuidados de Myriam Ellis, onde Ellis Junior escreve sobre sua vida, desde a infância na fazenda a seus últimos dias; até agora, permanece como um texto manuscrito inédito.

<sup>27</sup> ELLIS, M. op. cit., 1997, p. 44.

<sup>28</sup> FERREIRA, A. C. op. cit., 2002, p. 332.

<sup>29</sup> MEMÓRIAS DE ALFREDO ELLIS JUNIOR. Transcrição. In: ELLIS, M. (prefácio); ELLIS JUNIOR, A. op. cit., 1959. p. 12.

<sup>30</sup> *idem.*

<sup>31</sup> \_\_\_\_\_. Transcrição. In: ELLIS, M. op. cit., 1997. p. 45.

<sup>32</sup> *ibid.*, p. 47.

<sup>33</sup> *Ibid.*, p. 48.

<sup>34</sup> *Ibid.*, p. 17.

<sup>35</sup> \_\_\_\_\_. In: ELLIS, M. (prefácio); ELLIS JUNIOR, A. op. cit., 1959. p. 13.

<sup>36</sup> Alfredo Ellis Jr foi um dos pioneiros da Aviação civil em São Paulo e um dos fundadores do Aero-Clube paulista. ELLIS, M. (prefácio) In: ELLIS Jr., A. op. cit., 1959. p. 23.

<sup>37</sup> Maiores detalhes sobre esse período ver, entre outros: DECCA, E. S. **1930: O silêncio dos vencidos**. São Paulo: Brasiliense, 1981; FAUSTO, B. **A revolução de 1930**:

---

historiografia e história. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1978; CAPELATO, M. H. R. **O Movimento de 1932**. A Causa Paulista. São Paulo: Brasiliense, 1981.

<sup>38</sup> FERREIRA, A. C. op. cit., 2002. pp. 148-149.

<sup>39</sup> ELLIS, M. op. cit., 1997, p. 58.

<sup>40</sup> MEMÓRIAS DE ALFREDO ELLIS JR. Transcrição. In: ELLIS, M. (prefácio); ELLIS Jr., Alfredo. op. cit., 1959, p. 20.

<sup>41</sup> Memórias de Alfredo Ellis Jr. Transcrição In: ELLIS, M. (prefácio) In: ELLIS Jr., Alfredo. op. cit., 1959, p. 16.

<sup>42</sup> ANNAES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO– 1937 - vol. I, p. 198, 2 de março.

<sup>43</sup> \_\_\_\_\_. 1937 - vol. I, p. 195, 12 de julho.

<sup>44</sup> \_\_\_\_\_. Sessão Extraordinária. 1937- vol. II, p. 285 e 288.

<sup>45</sup> Memórias de Alfredo Ellis Jr. Transcrição In: ELLIS, M. (prefácio) In: ELLIS Jr., Alfredo. op. cit., 1959. p. 17.

<sup>46</sup> INVENTÁRIOS E ACERVOS de: Alfredo Ellis Jr., 1.123 documentos, referência pasta: 7 (CAPH) – FFLCH\USP.

<sup>47</sup> Segundo Antonio Celso: “Alfredo Ellis Jr., que ficaria conhecido como um dos principais ideólogos do regionalismo paulista, manteve contatos políticos estreitos com os verde-amarelos, apesar de não ter participado das experiências estéticas do modernismo. As suas ligações com o grupo se iniciam em 1923, quando ingressou no jornal *Correio Paulistano* [...] então se juntando a Menotti, Cassiano Ricardo e Plínio Salgado, também colaboradores do jornal e líderes da corrente. FERREIRA, A. C. op. cit., 2002. p. 331.

<sup>48</sup> À margem do centenário de Alfredo Ellis Jr., palestra da professora e acadêmica Myriam Ellis, na Academia Paulista de Letras, em 11 de maio de 1995. In: ELLIS, M. op. cit., 1997, pp. 9-34.

<sup>49</sup> Antonio Celso observa que até 1930 não existiam no estado de São Paulo cursos superiores de história. Os conhecimentos de história, básicos na formação dos homens de letras, eram extraídos do curso primário e do médio – nos quais viviam de maneira tensa a história sagrada e a história laica – ou da cadeira de História Universal, anexa ao curso de Direito do Largo de São Francisco. Dessa forma, esse saber ficava sob os cuidados de poetas, juristas, políticos, médicos, enfim, de quem se julgasse intelectualmente apurado e comprometido com o destino da Nação (FERREIRA, 2002, p. 46). Do primeiro período, são as primeiras obras que revelaram Ellis Jr. como pesquisador e historiador, ainda nos moldes do autodidatismo dos institutos. Kátia Abud chama a atenção para a apropriação de termos como “raça”, “seleção”, “superioridade racial”, “progresso”, por Ellis Junior, a partir dos preceitos do evolucionismo, no intuito de atestar a superioridade das famílias paulistanas. ABUD, K. **O sangue intemorato e as nobilíssimas tradições**. São Paulo, USP, Tese de Doutorado em História, 1985, p. 142. Dividindo a obra em quatro partes, o autor busca demonstrar as grandezas do homem ibérico e a presença do índio e do mameluco em São Paulo. Por outro lado, reafirma a não presença dos negros na formação desta “raça de gigantes”; em outras palavras, uma “raça” *sui generis*, por ser fruto de um cruzamento entre europeus, indígenas e mamelucos. TAUNAY, A. Prefácio. In: ELLIS JR, A. **Raça de gigantes**. São Paulo: Editorial Hélios Limitada - Novíssima, 1926, pp. 12-13

<sup>50</sup> Toda a documentação e análise crítica nela lançada levou o livro de Ellis Jr., segundo Taunay, a uma aproximação inextrincável da tão procurada ‘verdade’. No tocante à

---

documentação, Ferreira diz que os trabalhos de história praticados no IHGSP fundamentavam-se em grande número de documentos como forma de comprovação dos atos heroicos. Destarte, havia um intercâmbio de formas narrativas de gênero literário, com os escritos históricos, ou em sentido contrário. Para Ferreira os historiadores preocupados com a escrita da história poderiam se beneficiar de várias sugestões da crítica literária, caso decidissem cruzar a produção literária e a historiográfica.

<sup>51</sup> FERREIRA, A. C. op. cit., 2002, p. 123.

<sup>52</sup> Sobre os institutos, ver: FERREIRA, A. C. op. cit., 2002, p. 124.

<sup>53</sup> Antonio Celso, tomando o exemplo do IHGSP, aponta a formação de verdadeiras dinastias dentro das academias e o instituto de então, no qual se enquadrava a família Ellis. Em suas palavras: “Assim como nos demais institutos e academias, no quadro de associados do IHGSP pode ser observada a formação de uma verdadeira dinastia ilustrativa [de um] campo de sociabilidade. De uma relação mais extensa, podem ser ressaltados os nomes das seguintes famílias: Prado (Martinho Júnior, Eduardo, Veridiana e Paulo); Souza Queiroz, Piza e Almeida (ambas com vários expoentes); Mesquita (Júlio César e Julho de Mesquita Filho); Machado de Oliveira; Bernardino de Campos e Carlos de Campos; Afonso Celso de Assis Figueiredo, Afonso Celso Júnior, Afonso Antônio de Freitas e Afonso Júnior, Francisco Gomes de Araújo e Araújo Filho, José Maria Lisboa, Lisboa Júnior e Alfredo Ellis e Ellis Jr.” FERREIRA, A. C. op. cit., 2002, pp. 103-4.

<sup>54</sup> MONTEIRO, J. M. Caçando com gato: raça, mestiçagem e identidade paulista na obra de Alfredo Ellis Jr. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, v. 38, pp. 79-88, 1994, p. 85;

<sup>55</sup> FERREIRA, A. C. op. cit., 2002, p. 331.

<sup>56</sup> Para Salgado Guimarães, o discurso historiográfico ganhou foros de cientificidade, a partir do século XIX, num processo em que a história é vista como “disciplina”, e conquistou definitivamente os espaços da universidade. Neste processo, o historiador perdeu o caráter de “hommes de lettres” e adquiriu o estatuto de pesquisador, de igualdade entre seus pares no mundo da produção científica, processo esse que se dá tardiamente no Brasil, datando do início da “escola uspiana” de história. Grande é o impacto da chegada de um “hommes de lettres” em uma instituição, com práticas de pesquisas específicas (agora sob a vigilância dos pares), com amplas distinções do modelo dos institutos, como é o caso de Alfredo Ellis Jr.: “um historiador típico das primeiras décadas do século: dedicado a várias áreas do conhecimento, eclético em suas abordagens, literato no sentido amplo do termo” (FERREIRA, 2002, p. 331). Rearranjou as suas teorias, abrandou seu tom discriminatório, preocupou-se com suas metodologias, mudou seu estilo de escrita, enfim, utilizou sua experiência e respeito para demarcar seu espaço neste novo local social tão diverso, que representava a USP.

<sup>57</sup> ALBUQUERQUE Jr., D. M. Da história detalhe à história problema: o erudito e o intelectual na elaboração e no ensino do saber histórico. **Locus**, Juiz de Fora, v. 19, pp. 53-72, 2004. ALBUQUERQUE Jr., D. M. De Amadores à desapassionados: eruditos e intelectuais como distintas figuras de sujeito do conhecimento no Ocidente. *Trajeto*, Fortaleza/CE, v. 3, n. 6, pp. 43-66, 2005.

<sup>58</sup> FERREIRA, A. C. op. cit., 2002, p. 336.

<sup>59</sup> Fernando Novais tece o seguinte comentário sobre o termo missão empregado nesse trânsito de professores franceses no Brasil: “A palavra *missão*, que era oficial, é muito significativa. A primeira missão francesa que chegou ao Brasil foi a artística, com Dom João VI. A segunda, na Primeira República, tinha como objetivo instruir oficiais do

---

Exército. A terceira foi a dos docentes que vieram auxiliar na estruturação da USP e da Faculdade de Filosofia. A palavra *missão*, evidentemente, mostra que éramos vistos como uma terra de índios que deviam ser catequizados. Não há outra explicação”. NOVAIS, F. Entrevista à Revista Estudos Avançados. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, 8 (22): 1994. p. 161.

<sup>60</sup> Mais detalhes sobre essa transição, ver: GUIMARAES, M. L. S. Entre amadorismo e profissionalismo: as tensões da prática histórica no século XIX. **Topoi**. Rio de Janeiro, v. 3, pp. 184-200, 2002. PINASSI, M. O. Os brasileiros e o Instituto Histórico de Paris - 1834/1836. *In*: BASTOS, E. R.; RIDENTI, M.; ROLLAND, D. (Org.). **Intelectuais: sociedade e política**. São Paulo: Cortez, 2003. pp. 31-47.

<sup>61</sup> CAPELATO, M. H. R.; GLEZER, R. & FERLINI, V. L. A. Escola uspiana de história. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, 8 (22): 1994. p. 351.

<sup>62</sup> Currículo de Alfredo Ellis Jr.

<sup>63</sup> INVENTÁRIO ALFREDO ELLIS Jr.: Caixa: 9. Pasta: 33. Envelope: 46. CAPH/USP.

<sup>64</sup> \_\_\_\_\_; Cartas 16 a 26, Caixa: 9; Envelope: 46. CAPH/USP.

<sup>65</sup> \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_, Caixa: 9; Envelope: 45; Pasta 33. CAPH/USP.

<sup>66</sup> Constam, em seu inventário, além de inúmeros convites para bancas de doutoramento, um convite para participar da banca de Livre Docência em História Antiga e Medieval (CI 226 de 17 de novembro de 1950) e outro para compor banca em defesa de tese de livre-docência na Cadeira de Geologia (CI 2541 de 24 de novembro de 1950).

<sup>67</sup> \_\_\_\_\_; \_\_\_\_\_, Caixa: 9; Envelope: 44; Envelope: 46. CAPH/USP.

<sup>68</sup> Nesta organização, relacionou-se com importantes nomes do meio universitário de então. Para maior detalhamento da questão, ver: Estatuto da Sociedade de Estudos Históricos. INVENTÁRIO ALFREDO ELLIS JUNIOR: Cartas passivas, Caixa: 9; Envelope: 45. Pasta: 33. CAPH/USP.

<sup>69</sup> NOVAIS, F. op. cit., 1994. p.161.

<sup>70</sup> *Ibid.*, p. 165.

<sup>71</sup> *Ibid.*, pp. 165-166.

<sup>72</sup> Lista de boletins enviados da Cadeira de História da Civilização Brasileira – 1948: dr. Oliveira Viana, estado Rio de Janeiro; dr. Francisco de Assis Carvalho Franco, nesta; sr. Olavo Dias, nesta; sr. Antonio Constantino, nesta; professora Maria da Conceição Vicente de Carvalho, Rio de Janeiro; exmo. sr. professor Jaime Cortesão, Rio de Janeiro; desembargador Afonso J. De Carvalho, nesta; sr<sup>a</sup> Alice Canabrava, nesta; dr. José Leite Cordeiro, nesta.; Museu Paulista (Biblioteca), nesta; professor Taunay, Rua Nestor Pestana, 48, nesta; sr. Sergio Buarque de Holanda – Museu Paulista, nesta; sr. Gilberto Freyre – Câmara dos Deputados, Rio de Janeiro; sr. Roberto Simonsen, Rua Marquês de Itu, 902. Para acesso a lista completa, ver: INVENTÁRIO ALFREDO ELLIS JUNIOR. Caixa: 9; Envelope: 46. Pasta: 36. CAPH/USP.

<sup>73</sup> ELLIS Jr., A. op. cit., 1959. p. 41.

<sup>74</sup> *idem*.

<sup>75</sup> *idem*.

<sup>76</sup> *ibid*, p. 42.

<sup>77</sup> INVENTÁRIO: ALFREDO ELLIS JR. Cartas de 1 a 11. Caixa: 9; Envelope: 46. Pasta: 33. CAPH/USP.

<sup>78</sup> ELLIS Jr., A. op. cit., 1959. p. 42.

<sup>79</sup> *Ibid*; pp. 42-43.

---

<sup>80</sup> Ibid., p. 43.

<sup>81</sup> Ibid.; p. 44.

<sup>82</sup> Ibid., p. 45.

<sup>83</sup> Ibid.; p. 51.

<sup>84</sup> idem.

<sup>85</sup> É importante ressaltar a importância da toponímia nos estudos de Ellis Jr., que a utilizava na tentativa de provar a prolificidade dos cruzamentos dos ibéricos com os nativos, grande parte, fruto do cruzamento eugenésico, comprovando a mestiçagem *sui generis* paulista. Ellis Jr., assim, recorreu à documentação de publicação oficial e a trabalhos de linhagistas para realizar suas análises.

<sup>86</sup> ELLIS Jr., A. op. cit.,1959. p. 51.

<sup>87</sup> Ibid., p. 52.

<sup>88</sup> Ibid., p. 53.

<sup>89</sup> Ibid., p.46.

<sup>90</sup> idem.

<sup>91</sup> ARAUJO, K. A. **Um metódico à brasileira**: a história da historiografia de Afonso de Taunay (1911-1939). Franca, 2006. Tese de doutorado em História, FHDSS, UNESP, p. 45.

<sup>92</sup> ELLIS Jr., A. op. cit.,1959, p. 47.

<sup>93</sup> idem.

<sup>94</sup> idem.

<sup>95</sup> DOSSE, F. op. cit, 2003. pp. 39-40.

<sup>96</sup> Ibid.; SILVA, R. F. Op. cit., 2001; CAIRE-JABINET, M-P. op. cit., 2003.

<sup>97</sup> ELLIS Jr., A. op. cit., 1959. p. 53. Os capítulos restantes da obra são de autoria de sua filha Myriam Ellis.

<sup>98</sup> ELLIS Jr., A. op. cit., 1959. p. 53. Para maior detalhamento desta questão, ver : ROIZ, D. S. op. cit., 2012; ROIZ, D. S. **A dialética entre o “intelectual-letrado” e o “letrado-intelectual”**: projetos, tensões e debates na escrita da história de Alfredo Ellis Jr. e Sérgio Buarque de Holanda (1929-1959). Tese de doutorado em História, UFPR, 2013.